

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

INFORME Nº 19 -10 DE JANEIRO DE 2016

MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES DO 7º CICLO DE VISITAS A IMÓVEIS NO BRASIL

Este Informe da Sala Nacional de Coordenação e Controle (SNCC) tem por objetivo apresentar as atividades realizadas durante o sétimo ciclo de visitas a imóveis para o combate ao *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, chikungunya e zika, realizadas entre os dias 1º de novembro e 31 de dezembro de 2016; divulgar os dados atualizados sobre o número de visitas realizadas em todo Brasil pelos agentes e profissionais de saúde, militares das Forças Armadas e voluntários, no período; e fazer uma avaliação dos resultados alcançados no ciclo.

INTRODUÇÃO

A SNCC foi pensada e criada como uma estratégia essencial para o enfrentamento da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, decretada pelo Ministério da Saúde, em 11 de novembro de 2015. Seu objetivo é contribuir para reduzir a força de transmissão das doenças, por meio do controle do vetor e de seus focos e criadouros, monitorando a distribuição e o uso de recursos estratégicos e promovendo e divulgando ações de mobilização e comunicação nacionais.

Seu desenho organizacional está baseado na integração de diversos órgãos do Governo Federal, na coordenação de ações com os três níveis de governo (federal, estaduais e municipais) e no gerenciamento das ações de combate ao mosquito em âmbito nacional.

A Sala Nacional conta com a participação ativa do Ministério da Saúde, que a coordena, do Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, do Ministério da Defesa, da Casa Civil, da Secretaria de Governo e, desde outubro, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Cidades.

Todas as Unidades Federativas também possuem Salas Estaduais de Coordenação e Controle (SECC), criadas no mesmo modelo da estrutura nacional e que mantêm contato constante com a SNCC. Ademais, cerca de 36% dos municípios brasileiros também organizaram Salas ou Comitês Municipais para o combate ao *Aedes aegypti*.

Ciclos de visitas aos imóveis – como parte do Plano de enfrentamento ao *Aedes* e suas consequências (antigo Plano de enfrentamento à microcefalia), foram programados sete ciclos de visitas a imóveis públicos e privados no ano de 2016 (dois a mais que o habitual).

Visando o monitoramento dessas visitas a imóveis urbanos em todo território nacional, destinadas à identificação e eliminação de criadouros e focos do mosquito, foi desenvolvido um formulário eletrônico (pnm.presidencia.gov.br) que alimenta a base de dados do Sistema de Monitoramento da Presidência da República (SIM-PR) com informações sobre:

- Visitas realizadas (imóveis visitados pelos ACE, ACS, militares, voluntários etc);
- Imóveis trabalhados (imóveis visitados e inspecionados, ou seja, onde houve ação educativa,

**SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE
PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS**

tratamento mecânico ou químico de criadouros e focos);

- Imóveis fechados;
- Visitas recusadas;
- Imóveis recuperados (imóveis trabalhados que estavam anteriormente fechados ou recusados);
- Imóveis com foco (onde foram encontrados criadouros com a presença de larva);
- Imóveis tratados com larvicida.

Esses dados das visitas são fornecidos pelos municípios às Salas Estaduais que os verificam, consolidam e registram no formulário PNEM (SIM-PR). No ano de 2016 foram programados sete ciclos de visitas a imóveis públicos e privados.

Quadro 1 - Ciclos de visitas a imóveis urbanos no primeiro semestre de 2016

| Ciclos de Trabalho | Período de Execução |
|---------------------------|------------------------------------|
| 1º/2016 | De 1º de janeiro a 29 de fevereiro |
| 2º/2016 | De 1º a 31 de março |
| 3º/2016 | De 1º a 30 de abril |
| 4º/2016 | De 1º de maio a 30 de junho |

Quadro 2 - Ciclos de visitas a imóveis urbanos no segundo semestre de 2016

| Ciclos de Trabalho | Período de Execução |
|---------------------------|---------------------------------|
| 5º/2016 | De 1º de julho a 31 de agosto |
| 6º/2016 | De 1º setembro a 30 de outubro |
| 7º/2016 | De 1º novembro a 30 de dezembro |

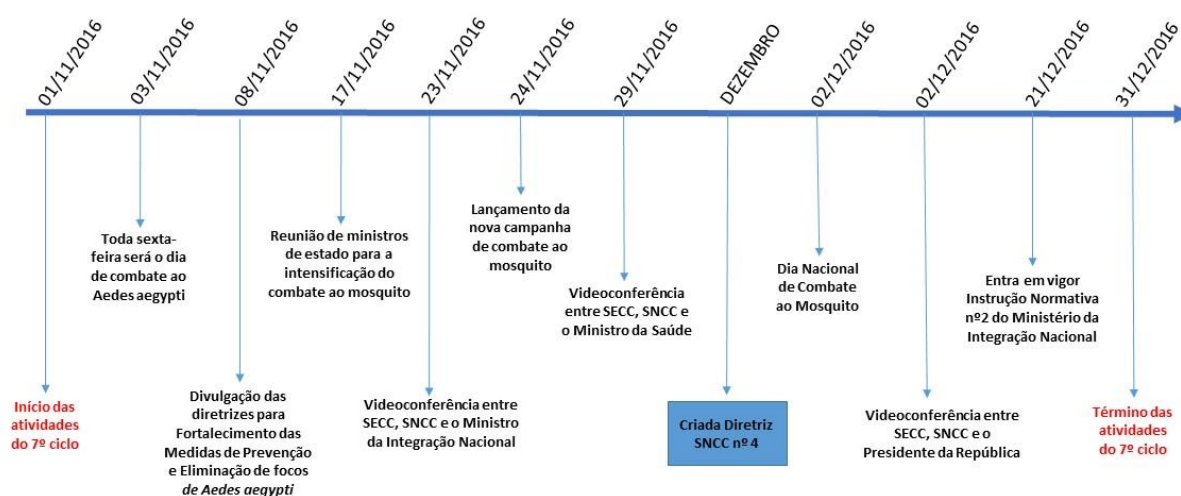
SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

7º CICLO DE VISITAS AOS IMÓVEIS

Conforme calendário de atividades do segundo semestre, iniciou-se em 1º de novembro o sétimo ciclo de visitas aos imóveis. O mesmo teve duração de dois meses, finalizando-se em 31 de dezembro.

LINHA DO TEMPO



ANÁLISE DAS VISITAS

As visitas a imóveis têm como objetivo identificar e eliminar focos, realizar tratamento mecânico ou químico de possíveis criadouros e orientar a população sobre as formas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*. Os dados dessas visitas aos imóveis em todo país, gerenciados pela SNCC, têm por base as informações transmitidas pelas Salas Estaduais, a partir da mobilização para realização de visitas pelos municípios.

Os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) mostram um total de 67.097.881 domicílios particulares, domicílios coletivos (prisões, quartéis, etc.), estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, estabelecimento de outras finalidades e edificação em construção no Brasil.

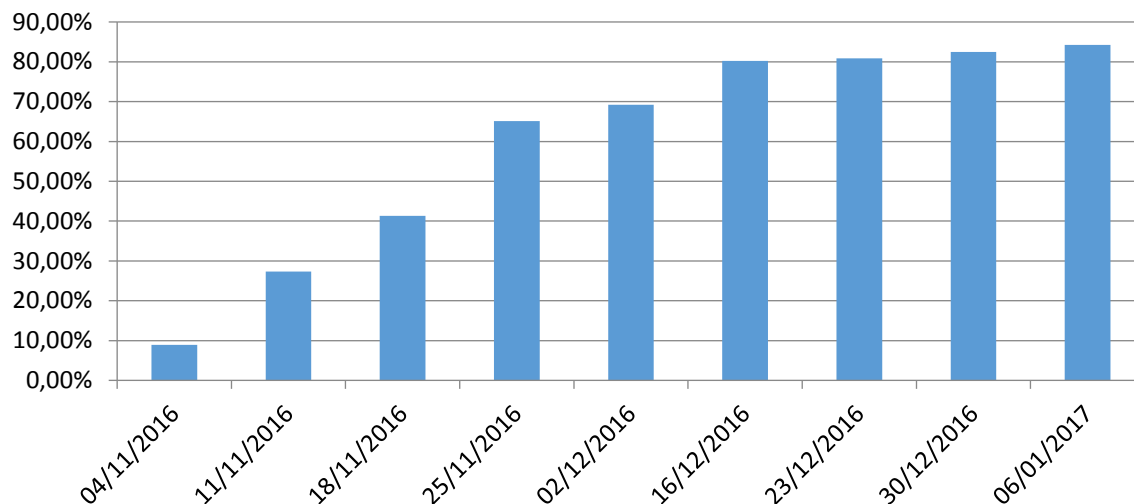
No 7º ciclo, **4.690 (84,20%) municípios brasileiros**, dos 5.570, foram alcançados, ou seja, realizaram algum registro de visitas no SIM-PR. A informação é do dia 06 de janeiro de 2017 às 12h, quando foi fechada a alimentação dos dados das visitas do ciclo.

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

A evolução do número desses municípios ao longo do 7º ciclo pode ser verificada no gráfico abaixo (Gráfico 1).

Gráfico 1: Municípios com informações de Visitas

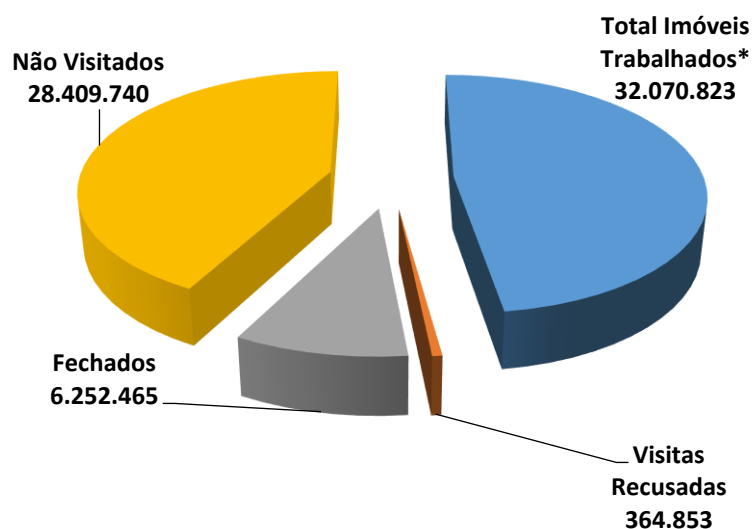


Fonte SIM-PR

Nesse 7º ciclo, **38.688.141 visitas a imóveis** foram realizadas, segundo informações enviadas pelos estados até o dia 06 de janeiro de 2017, quando foi encerrada a alimentação do 6º ciclo de visitação.

Esse quantitativo de visitas corresponde a **57,66% dos imóveis constantes do CNEFE/IBGE**. As visitas resultaram em 32.070.823 (82,90%) imóveis inspecionados (ou trabalhados), 6.617.318 (17,10%) imóveis fechados e/ou com o acesso recusado ao imóvel. (Gráfico 2).

Gráfico 2: Status de visitas do 7º ciclo



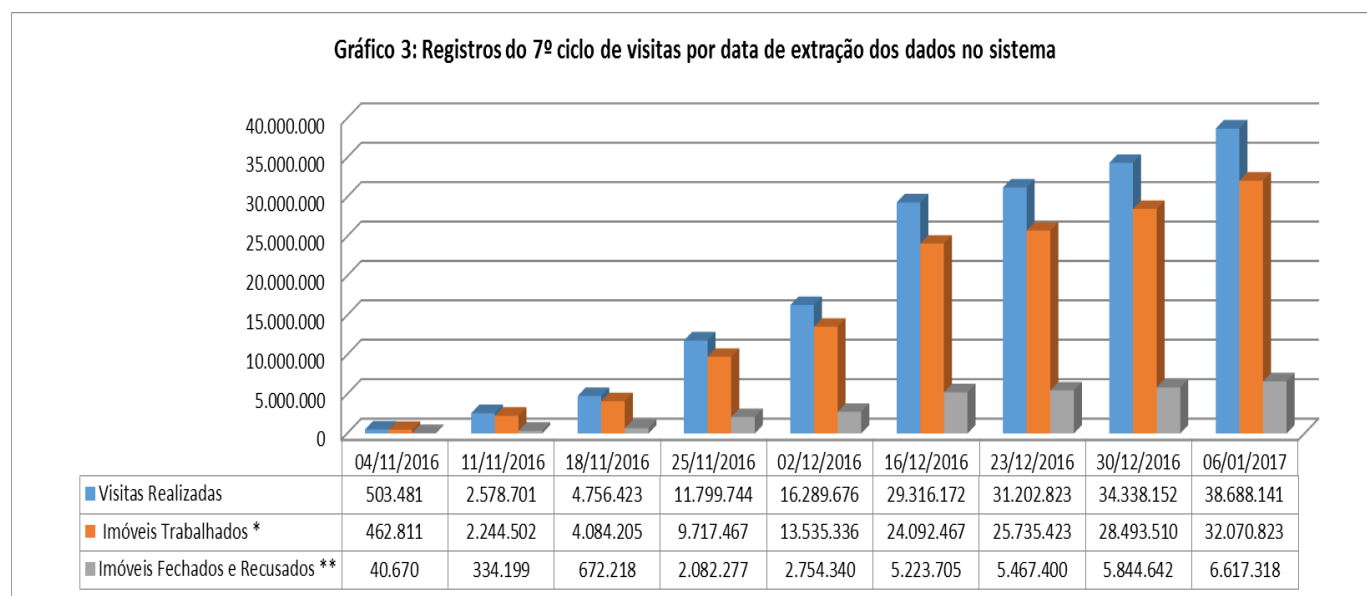
Fonte SIM-PR 06/01/2017

* Imóveis trabalhados incluem os recuperados

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

A Sala Nacional realizou o monitoramento dos dados de visitas a imóveis diariamente. Ao longo das semanas, observou-se significativa evolução do registro de visitas realizadas nos municípios e informadas pelos estados (Gráfico 3), sendo que as datas apresentadas correspondem ao dia em que foi feita a extração no sistema dos dados referentes ao período de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016.



Fonte: SIM-PR

* Imóveis trabalhados incluem os recuperados

** Excluídos os imóveis recuperados

A seguir, são apresentados os dados do 7º Ciclo, por Unidade Federada (tabela 1). As informações foram extraídas do SIM-PR no dia 06 de janeiro de 2017.

Tabela 1 – Distribuição do número de visitas realizadas, imóveis trabalhados e total de imóveis fechados e visitas recusadas, por número de municípios e Unidade da Federação. Brasil, inspeções realizadas no 7º ciclo de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016.

| UF | Total de Imóveis | Municípios com Visitas | Municípios Total | Visitas Realizadas | % Visitas Realizadas | Total Imóveis Trabalhados | % Imóveis Trabalhados / Visitados | Total Fechados e Recusados | % Fechados e Recusados / Visitados |
|----|------------------|------------------------|------------------|--------------------|----------------------|---------------------------|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| AC | 213.679 | 5 | 22 | 133.961 | 62,69% | 123.481 | 92,18% | 10.480 | 7,82% |
| AL | 890.930 | 61 | 102 | 328.202 | 36,84% | 288.873 | 88,02% | 39.329 | 11,98% |
| AM | 886.361 | 24 | 62 | 207.902 | 23,46% | 193.883 | 93,26% | 14.019 | 6,74% |
| AP | 193.300 | 13 | 16 | 305.379 | 157,98% | 289.140 | 94,68% | 16.239 | 5,32% |
| BA | 4.440.393 | 396 | 417 | 3.639.321 | 81,96% | 3.199.262 | 87,91% | 440.059 | 12,09% |
| CE | 2.495.573 | 158 | 184 | 1.368.179 | 54,82% | 1.269.349 | 92,78% | 98.830 | 7,22% |
| DF | 930.622 | 1 | 1 | 179.877 | 19,33% | 157.682 | 87,66% | 22.195 | 12,34% |
| ES | 1.348.991 | 63 | 78 | 828.071 | 61,38% | 601.772 | 72,67% | 226.299 | 27,33% |
| GO | 2.343.397 | 245 | 246 | 1.518.268 | 64,79% | 1.297.861 | 85,48% | 220.407 | 14,52% |
| MA | 1.477.966 | 181 | 217 | 933.279 | 63,15% | 843.408 | 90,37% | 89.871 | 9,63% |
| MG | 7.189.307 | 668 | 853 | 2.578.668 | 35,87% | 2.206.326 | 85,56% | 372.342 | 14,44% |
| MS | 892.480 | 68 | 79 | 838.030 | 93,90% | 745.570 | 88,97% | 92.460 | 11,03% |
| MT | 1.047.747 | 93 | 141 | 399.254 | 38,11% | 364.939 | 91,41% | 34.315 | 8,59% |
| PA | 1.840.433 | 112 | 144 | 1.344.851 | 73,07% | 1.070.590 | 79,61% | 274.261 | 20,39% |
| PB | 1.177.843 | 167 | 223 | 761.173 | 64,62% | 689.783 | 90,62% | 71.390 | 9,38% |
| PE | 2.833.053 | 175 | 185 | 1.997.477 | 70,51% | 1.645.390 | 82,37% | 352.087 | 17,63% |

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

| | | | | | | | | | |
|--------------|-------------------|--------------|--------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|------------------|---------------|
| PI | 841.957 | 197 | 224 | 818.737 | 97,24% | 755.194 | 92,24% | 63.543 | 7,76% |
| PR | 3.734.729 | 376 | 399 | 2.667.485 | 71,42% | 2.242.192 | 84,06% | 425.293 | 15,94% |
| RJ | 6.738.009 | 90 | 92 | 4.709.605 | 69,90% | 3.911.876 | 83,06% | 797.729 | 16,94% |
| RN | 1.030.466 | 161 | 167 | 713.586 | 69,25% | 600.627 | 84,17% | 112.959 | 15,83% |
| RO | 474.400 | 37 | 52 | 175.253 | 36,94% | 167.879 | 95,79% | 7.374 | 4,21% |
| RR | 135.171 | 14 | 15 | 83.603 | 61,85% | 70.260 | 84,04% | 13.343 | 15,96% |
| RS | 4.136.361 | 477 | 497 | 1.997.616 | 48,29% | 1.770.036 | 88,61% | 227.580 | 11,39% |
| SC | 2.416.910 | 134 | 295 | 108.596 | 4,49% | 108.321 | 99,75% | 275 | 0,25% |
| SE | 611.386 | 37 | 75 | 195.697 | 32,01% | 154.078 | 78,73% | 41.619 | 21,27% |
| SP | 16.328.957 | 625 | 645 | 9.327.720 | 57,12% | 6.818.840 | 73,10% | 2.508.880 | 26,90% |
| TO | 447.460 | 112 | 139 | 528.351 | 118,08% | 484.211 | 91,65% | 44.140 | 8,35% |
| Total | 67.097.881 | 4.690 | 5.570 | 38.688.141 | 57,66% | 32.070.823 | 82,90% | 6.617.318 | 17,10% |

Fonte SIM-PR

No universo de imóveis trabalhados ou inspecionados, 612.242 (1,91%) tiveram focos identificados, ou seja, foram encontrados criadouros com larva de mosquito pelo agente que realizou a inspeção do imóvel. Além disso, houve administração do larvicida piriproxifeno em 4.504.293 (14,04%) dos imóveis trabalhados, o que confirma o uso racional do produto por parte das equipes de controle vetorial municipais. No entanto, vale observar que os percentuais de imóveis identificados com foco e com utilização de larvicida são bastante variáveis entre as Unidades Federadas.

A tabela abaixo mostra os dados de imóveis com foco e que receberam tratamento com o larvicida, por Unidade Federada, durante o 7^a ciclo (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição de imóveis trabalhados com foco e de imóveis tratados com larvicida, por Unidade da Federação. Brasil, inspeções realizadas no 7^o ciclo de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016.

| UF | População | Total de Imóveis | Total Imóveis Trabalhados | Total Imóveis com Focos | % Imóveis com Focos / Total Trabalhados | Total Tratamento Larvicida | % Imóveis Tratamento Larvicida / Total Trabalhados |
|----|------------|------------------|---------------------------|-------------------------|---|----------------------------|--|
| AC | 803.513 | 213.679 | 123.481 | 11.682 | 9,46% | 24.873 | 20,14% |
| AL | 3.340.932 | 890.930 | 288.873 | 4.399 | 1,52% | 62.242 | 21,55% |
| AM | 3.938.336 | 886.361 | 193.883 | 2.540 | 1,31% | 788 | 0,41% |
| AP | 766.679 | 193.300 | 289.140 | 2.048 | 0,71% | 51.579 | 17,84% |
| BA | 15.203.934 | 4.440.393 | 3.199.262 | 122.877 | 3,84% | 979.893 | 30,63% |
| CE | 8.904.459 | 2.495.573 | 1.269.349 | 12.146 | 0,96% | 430.146 | 33,89% |
| DF | 2.914.830 | 930.622 | 157.682 | 2.303 | 1,46% | 0 | 0,00% |
| ES | 3.929.911 | 1.348.991 | 601.772 | 13.575 | 2,26% | 171.666 | 28,53% |
| GO | 6.610.681 | 2.343.397 | 1.297.861 | 11.674 | 0,90% | 0 | 0,00% |
| MA | 6.904.241 | 1.477.966 | 843.408 | 14.870 | 1,76% | 92.357 | 10,95% |
| MG | 20.869.101 | 7.189.307 | 2.206.326 | 73.342 | 3,32% | 559.304 | 25,35% |
| MS | 2.651.235 | 892.480 | 745.570 | 6.462 | 0,87% | 39.577 | 5,31% |
| MT | 3.265.486 | 1.047.747 | 364.939 | 11.587 | 3,18% | 5.921 | 1,62% |
| PA | 8.206.923 | 1.840.433 | 1.070.590 | 15.256 | 1,43% | 14.493 | 1,35% |
| PB | 3.972.202 | 1.177.843 | 689.783 | 44.191 | 6,41% | 141.049 | 20,45% |
| PE | 9.345.173 | 2.833.053 | 1.645.390 | 17.837 | 1,08% | 420.270 | 25,54% |
| PI | 3.204.028 | 841.957 | 755.194 | 7.294 | 0,97% | 83.695 | 11,08% |
| PR | 11.163.018 | 3.734.729 | 2.242.192 | 31.191 | 1,39% | 27.351 | 1,22% |
| RJ | 16.550.024 | 6.738.009 | 3.911.876 | 84.162 | 2,15% | 874.612 | 22,36% |
| RN | 3.442.175 | 1.030.466 | 600.627 | 35.059 | 5,84% | 0 | 30,81% |
| RO | 1.768.204 | 474.400 | 167.879 | 5.431 | 3,24% | 0 | 0,00% |
| RR | 505.665 | 135.171 | 70.260 | 1.674 | 2,38% | 2.721 | 3,87% |

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

PARA O ENFRENTAMENTO DA DENGUE, DO VÍRUS CHIKUNGUNYA E DO ZIKA VÍRUS

| | | | | | | | |
|--------------|--------------------|-------------------|-------------------|----------------|--------------|------------------|---------------|
| RS | 11.247.972 | 4.136.361 | 1.770.036 | 38.051 | 2,15% | 11.727 | 0,66% |
| SC | 6.819.190 | 2.416.910 | 108.321 | 785 | 0,72% | 0 | 0,00% |
| SE | 2.242.937 | 611.386 | 154.078 | 4.902 | 3,18% | 16.007 | 10,39% |
| SP | 44.396.484 | 16.328.957 | 6.818.840 | 26.362 | 0,39% | 289.757 | 4,25% |
| TO | 1.515.126 | 447.460 | 484.211 | 10.542 | 2,18% | 17.266 | 3,57% |
| Total | 204.482.459 | 67.097.881 | 32.070.823 | 612.242 | 1,91% | 4.504.293 | 14,04% |

Fonte SIM-PR

Destaca-se ainda que dentre os 32.070.823 imóveis trabalhados pelas equipes locais de mobilização, 940.529 foram inspecionados em segunda ou terceira visitas, pois na primeira tentativa os imóveis encontravam-se fechados ou foram recusados, isso é, a visita dos agentes não foi permitida. Esses imóveis são considerados recuperados. No Brasil, durante o sétimo ciclo, os agentes encontraram 6.252.465 imóveis fechados e tiveram a recusa do acesso a 364.853 imóveis, de modo que os municípios conseguiram recuperar 14,21% desses imóveis. Encontra-se abaixo a distribuição de imóveis recuperados, por Unidade Federada (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição por Unidade da Federação de imóveis trabalhados, imóveis fechados e recusados e imóveis recuperados. Brasil, inspeções realizadas no 7º ciclo de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2016.

| UF | Total de Imóveis | Total Imóveis Trabalhados | Imóveis Fechados (excluem os recuperados) | Visitas Recusadas | Total Fechados e Recusados | Imóveis Recuperados | % Fechados e Recusados / Visitados | % Imóveis recuperados/ Total fechados e Recusados |
|--------------|-------------------|---------------------------|---|-------------------|----------------------------|---------------------|------------------------------------|---|
| AC | 213.679 | 123.481 | 10.353 | 127 | 10.480 | 1.272 | 7,82% | 12,14% |
| AL | 890.930 | 288.873 | 39.286 | 43 | 39.329 | 17.199 | 11,98% | 43,73% |
| AM | 886.361 | 193.883 | 13.785 | 234 | 14.019 | 536 | 6,74% | 3,82% |
| AP | 193.300 | 289.140 | 15.597 | 642 | 16.239 | 1.669 | 5,32% | 10,28% |
| BA | 4.440.393 | 3.199.262 | 255.058 | 185.001 | 440.059 | 187.298 | 12,09% | 42,56% |
| CE | 2.495.573 | 1.269.349 | 98.210 | 620 | 98.830 | 42.586 | 7,22% | 43,09% |
| DF | 930.622 | 157.682 | 21.638 | 557 | 22.195 | 560 | 12,34% | 2,52% |
| ES | 1.348.991 | 601.772 | 221.540 | 4.759 | 226.299 | 24.428 | 27,33% | 10,79% |
| GO | 2.343.397 | 1.297.861 | 219.160 | 1.247 | 220.407 | 21.673 | 14,52% | 9,83% |
| MA | 1.477.966 | 843.408 | 42.011 | 47.860 | 89.871 | 6.338 | 9,63% | 7,05% |
| MG | 7.189.307 | 2.206.326 | 366.716 | 5.626 | 372.342 | 72.257 | 14,44% | 19,41% |
| MS | 892.480 | 745.570 | 92.377 | 83 | 92.460 | 19.176 | 11,03% | 20,74% |
| MT | 1.047.747 | 364.939 | 34.047 | 268 | 34.315 | 5.334 | 8,59% | 15,54% |
| PA | 1.840.433 | 1.070.590 | 270.236 | 4.025 | 274.261 | 22.503 | 20,39% | 8,20% |
| PB | 1.177.843 | 689.783 | 70.757 | 633 | 71.390 | 32.612 | 9,38% | 45,68% |
| PE | 2.833.053 | 1.645.390 | 350.518 | 1.569 | 352.087 | 21.834 | 17,63% | 6,20% |
| PI | 841.957 | 755.194 | 63.207 | 336 | 63.543 | 2.685 | 7,76% | 4,23% |
| PR | 3.734.729 | 2.242.192 | 418.881 | 6.412 | 425.293 | 61.534 | 15,94% | 14,47% |
| RJ | 6.738.009 | 3.911.876 | 789.923 | 7.806 | 797.729 | 36.804 | 16,94% | 4,61% |
| RN | 1.030.466 | 600.627 | 112.279 | 680 | 112.959 | 22.439 | 15,83% | 19,86% |
| RO | 474.400 | 167.879 | 7.202 | 172 | 7.374 | 1.126 | 4,21% | 15,27% |
| RR | 135.171 | 70.260 | 13.316 | 27 | 13.343 | 6.266 | 15,96% | 46,96% |
| RS | 4.136.361 | 1.770.036 | 212.985 | 14.595 | 227.580 | 29.479 | 11,39% | 12,95% |
| SC | 2.416.910 | 108.321 | 98 | 177 | 275 | 158 | 0,25% | 57,45% |
| SE | 611.386 | 154.078 | 41.562 | 57 | 41.619 | 5.815 | 21,27% | 13,97% |
| SP | 16.328.957 | 6.818.840 | 2.427.788 | 81.092 | 2.508.880 | 286.189 | 26,90% | 11,41% |
| TO | 447.460 | 484.211 | 43.935 | 205 | 44.140 | 10.759 | 8,35% | 24,37% |
| Total | 67.097.881 | 32.070.823 | 6.252.465 | 364.853 | 6.617.318 | 940.529 | 17,10% | 14,21% |

Fonte SIM-PR

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE PARA O ENFRENTAMENTO AO Aedes E SUAS CONSEQUÊNCIAS

SALAS/ COMITÊS MUNICIPAIS DE COORDENAÇÃO E CONTROLE

Previstas na Diretriz Geral SNCC/2015, as Salas/ Comitês Municipais foram se consolidando à medida que puderam contar com maior apoio e experiência dos estados e da SNCC. A composição dessas Salas segue, quando possível, o indicado na Diretriz Geral: Gabinete do Prefeito, Secretarias de Saúde e Educação, Defesa Civil Municipal e Assistência Social, com abertura possível a outros órgãos e entidades. Conforme avaliação das SECC¹, a implantação dessas Salas/ Comitês contribuiu de maneira efetiva na intensificação das ações de combate ao vetor, na mobilização da população, assim como numa melhor integração intersetorial.

2027 Salas Municipais de Coordenação e Controle foram informadas à SNCC ao término do 7º ciclo. Assim como nos meses anteriores, ao longo de setembro e outubro, a criação de Salas/ Comitês Municipais de Coordenação e Controle - SMCC continuou a ser fomentada e impulsionada pela Sala Nacional e pelas Salas Estaduais junto às municipalidades. No ciclo anterior, 1871 locais haviam sido informados à SNCC.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES ÀS VISITAS

DIRETRIZES PARA FORTALECIMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE FOCOS DE Aedes Aegypti

Ministério da Saúde, CONASS, CONASEMS, Sala Nacional de Coordenação e Controle e Grupo Condutor de Combate ao Aedes do Ministério da Saúde assinaram, em 08 de novembro, documento estabelecendo diretrizes para consolidação das medidas de prevenção e eliminação de focos do mosquito no âmbito das unidades de Saúde. O texto sugere que seja realizada uma mobilização de enfrentamento ao mosquito e eliminação de focos intensa e constante dos trabalhadores de todas as esferas da gestão do SUS. Também é sugerido a organização de grupos condutores ou outros arranjos de gestão para apoiar as atividades de coordenação e execução das ações propostas para o controle vetorial.

PARCERIA CCR NOVA DUTRA

Em novembro foi realizada parceria com a CCR Nova Dutra, empresa de concessão de infraestrutura, responsável, entre outras, pela rodovia Nova Dutra no estado de São Paulo. A

¹ Ao término de cada ciclo de visitas as SECC respondem a avaliação encaminhada pela SNCC.

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE PARA O ENFRENTAMENTO AO AEDES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

empresa se comprometeu a divulgar em sua rádio (CCR FM 107,5) reportagens e spots sobre o combate ao *Aedes aegypti* disponibilizados pela web Rádio Saúde, do Ministério da Saúde.

VIDEOCONFERÊNCIA COM O MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

No intuito de reforçar o trabalho das defesas civis estaduais no combate ao *Aedes aegypti*, o ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, e o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Renato Newton Ramlow, realizaram videoconferência em 23 de novembro com as Salas Estaduais de Coordenação e Controle. Junto aos membros da Sala Nacional de Coordenação e Controle em Brasília, as autoridades do Governo Federal dialogaram com as defesas civis estaduais das 27 Unidades Federativas e coordenadores da área da Saúde. Os avanços e dificuldades do trabalho em campo foram discutidos e encaminhamentos foram propostos pelo Ministro.

LANÇAMENTO DA NOVA CAMPANHA DE COMBATE AO MOSQUITO

Em 24 de novembro foi lançada a campanha publicitária de combate ao mosquito para 2016/2017. A mesma foi produzida pelo Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Governo Federal, com apoio da Sala Nacional de Coordenação e Controle. Nesse dia, três vídeos e peças gráficas entraram em circulação em rede nacional e houve articulação para que os demais Ministérios e parceiros do combate ao *Aedes* contribuíssem na veiculação e divulgação.

A nova campanha foi focada no impacto causado pelas três principais doenças transmitidas pelo mosquito (dengue, zika e chikungunya) e em como é possível evitá-las com o simples gesto de eliminação do vetor. Segundo pesquisa realizada pela Saúde, grande parte da população já conhece os métodos para evitar a proliferação do *Aedes*, mas não os aplica por não se sentir responsável. Com esse enfoque mais duro, espera-se sensibilizar uma parcela maior dos cidadãos.

A campanha também institui a 'Sexta sem Mosquito', dia em que uma faxina e vistoria de locais que possam potencialmente se tornar criadouros deve acontecer. A ação deve ser propagada nos órgãos e entidades públicas, assim como escolas, instituições de ensino, igrejas, clubes e demais locais de trabalho e lazer. Ela servirá de incentivo para que crianças, jovens e adultos repliquem as atividades em suas residências e incentivem seus vizinhos a fazerem o mesmo.

VIDEOCONFERÊNCIA COM O MINISTRO DA SAÚDE

No dia 29 de novembro, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, realizou videoconferência com os coordenadores das 27 Salas Estaduais para debater as ações para o Dia Nacional de Combate ao Mosquito, previsto para 2 de dezembro. Além do ministro e coordenadores, participou da videoconferência o secretário de Vigilância em Saúde, Adeílson Cavalcante, o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Mauro Junqueira, o assessor técnico do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), Nereu Mansano, além de representantes dos ministérios da Educação, Defesa, Meio Ambiente, Integração, Cidades e Desenvolvimento Social.

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE PARA O ENFRENTAMENTO AO Aedes E SUAS CONSEQUÊNCIAS

DIA NACIONAL DE COMBATE AO MOSQUITO

Em 2 de dezembro foi realizado o Dia Nacional de Combate ao Mosquito, que também marcou a primeira 'Sexta sem Mosquito' do Governo Federal. Nessa data, atividades integradas e simultâneas de conscientização e eliminação do vetor foram realizadas em todo o Brasil em órgãos públicos e estatais, unidades de saúde, escolas, residências, canteiros de obras, entre outros.

Ministros de Estado e autoridades federais também se deslocaram nas 27 Unidades Federativas para apoiar e realizar vistorias a residências, locais públicos e escolas visando engajar a população na luta contra o *Aedes aegypti*.

Na ocasião, foram igualmente entregues os 150 veículos utilitários adquiridos pelo Ministério da Saúde e doados a municípios e Secretarias de Estado de Saúde de todas as regiões do país. Os carros servirão para o transporte das equipes que realizam as vistorias em residências e prédios públicos, otimizando o trabalho dos agentes.

Articulada pela Sala Nacional, a ação teve também o suporte das Salas Estaduais, que por sua vez auxiliaram a mobilizar os municípios.

VIDEOCONFERÊNCIA COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No Dia Nacional de Combate ao Mosquito (2/12), o presidente da República, Michel Temer, esteve na Sala Nacional de Coordenação e Controle e realizou videoconferência com cinco estados de cada região do país. Na ocasião, os coordenadores das Salas Estaduais de Roraima, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul puderam conversar com o presidente sobre as atividades programadas em seus locais e suas estratégias de enfrentamento ao *Aedes*.

O Presidente da República também concedeu coletiva de imprensa no local para enfatizar o compromisso do governo na luta contra o mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya.

DIRETRIZ SNCC Nº4/2016

A Diretriz SNCC nº4/2016 - Proteção e Defesa Civil foi publicada no término do 7º ciclo. O novo texto orienta a atuação do Sistema Nacional de Proteção para a intensificação de ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). O objetivo da Diretriz nº 4 é estabelecer uma estratégia para a atuação integrada da SNCC no aumento das ações no combate. Também fica estabelecida a disponibilização do espaço físico para as atividades da SNCC e apoio à realização de videoconferências com as Salas Estaduais no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD).

SALA NACIONAL DE COORDENAÇÃO E CONTROLE PARA O ENFRENTAMENTO AO AEDES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº2 (IN Nº2) DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

A nova Instrução Normativa da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), do Ministério da Integração Nacional, estabelece a partir de 21 de dezembro, novos procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em casos de desastres naturais, auxiliando o combate ao *Aedes aegypti* no território.

A partir de agora o Governo Federal passa a reconhecer a decretação de situação de emergência pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, prevendo o reconhecimento de desastres de pequena intensidade, onde ocorram somente danos humanos. Dessa forma, é possível repasse de recursos a estados e municípios para ações complementares no combate a desastres naturais devido a epidemias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do 7º e último ciclo de visitas aos imóveis do Brasil de 2016, realizado entre os meses de novembro e dezembro, foi observada uma redução no número de municípios que informaram suas atividades (4.690, contra 4.909 no 6º ciclo). Conseqüentemente, o número de visitas apresentou queda quando comparado ao penúltimo ciclo de atividades (43.035.291 contra 38.688.141).

Em relação ao ano de 2016, foram visitados um total de 300.306.532 imóveis brasileiros, número relevante de visitas. Sendo o 1º semestre desse ano, o período com maior número de visitas e que corresponde também ao de maior transmissão de dengue, chikungunya e zika.

Os esforços empregados pelas Salas Estaduais e Municipais em conjunto com a Sala Nacional de Coordenação e Controle impactaram na redução da porcentagem de focos encontrados no universo de imóveis trabalhados ou inspecionados. Reduziu-se esta porcentagem de 2,98% (1º ciclo) para 1,91% (7º ciclo) de focos nos imóveis trabalhados ou inspecionados no território brasileiro ao final do ano.

Além da redução na porcentagem de focos encontrados nos imóveis brasileiros, observou-se uma redução da duração do pico de notificação dos casos de dengue, quando comparado ao ano de 2015 e 2014. Embora o ano de 2016 já tenha se iniciado com um número mais elevado de casos do que o observado em anos anteriores, a partir da estruturação das salas municipais e estaduais (Semana Epidemiológica - SE 4: 24/01/2016 a 30/01/2016), se possibilitou a intensificação das ações de controle, houve redução do número de semanas do pico da doença (seis semanas), com registro de 584.361 casos prováveis de dengue, redução de 22,2% dos casos quando comparado ao pico de 2015, que durou oito semanas e registrou 751.558 casos prováveis.

Por fim, fica claro a necessidade de se trabalhar o enfrentamento ao *Aedes aegypti* e as suas conseqüências com a manutenção de uma política de estado que envolva os mais diversos setores da sociedade, fortalecendo a responsabilidade coletiva e institucionalizando as iniciativas que foram tomadas no momento da emergência, garantido a sustentabilidade e ampliação destas ações.